

h
/

REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ILHA DA TERCEIRA

REALIZADA A 22 DE JANEIRO DE 2015

ATA N.º 1

Ao vigésimo segundo dia do mês de janeiro do ano de dois mil e quinze, pelas dez horas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho da cidade de Angra do Heroísmo, reuniu o Conselho de Ilha da Terceira presidido, respetivamente, por José Gabriel do Álamo de Meneses e Roberto Lúcio Silva Pereira Monteiro. -----

Nesta reunião verificou-se a presença dos seguintes conselheiros: -----

Roberto Lúcio Silva Pereira Monteiro, Presidente do Conselho de Ilha, Presidente da Câmara da Praia da Vitória. -----

José Gabriel do Álamo de Meneses, Vice-Presidente do Conselho de Ilha, Presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo. -----

Sandro Rebelo Paim, Primeiro Secretário da Mesa do Conselho, representante da Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo. -----

Ricardo Manuel Rodrigues de Barros, Presidente da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo. -----

Paulo Manuel da Silva Codorniz, Presidente da Assembleia Municipal da Praia da Vitória. -----

Marília Margarida Enes Garcia de Vargas, representante da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo. -----

João Luís Sanchez dos Santos, representante da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo. -----

Péricles Pereira Ortins, representante da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo.

Pedro Miguel de Borba Ferreira, representante da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo. -----

Ana Rita Meneses Branco, representante da Assembleia Municipal da Praia da Vitória. -----

Rui Fernandes Nobre de Castro, representante da Assembleia Municipal da Praia da Vitória. -----

Norberto Francisco Ávila Messias, representante da Assembleia Municipal da Praia da Vitória. -----

4 7
Carlos Valadão Santos, representante da Câmara do Comércio do Comércio de Angra do Heroísmo. -----

Francisco Natálio Mendonça Ventura, representante das Associações Agrícolas. -----

José Manuel Ferreira Pimentel Dias, representante dos Sindicatos. -----

Presentes os seguintes deputados da Assembleia Legislativa Regional dos Açores: ----

Nuno Meneses, deputado do PS. -----

Luís Miguel Forjaz Rendeiro, deputado do PSD. -----

Maria Judite Parreira, deputada do PSD. -----

Ausências justificadas:-----

António Pedro Inocêncio, representante dos Sindicatos -----

Domingos Manuel Cunha, deputado do PS. -----

Ausências não justificadas:-----

Maria Francisca Santos Toledo Gomes de Andrade, representante da Assembleia Municipal da Praia da Vitória. -----

Fernando Gastão de Sousa Sieuve de Meneses, representante das Associações Agrícolas. -----

António Toste Parreira, deputado do PS. -----

Francisco Coelho, deputado do PS -----

Berto Messias, deputado do PS. -----

Cláudia Alexandra Cardoso, deputada do PS. -----

António Ventura, deputado do PSD. -----

Artur Lima, deputado do CDS-PP. -----

António Félix Rodrigues, deputado do CDS-PP. -----

ORDEM DO DIA

Eleição da mesa do conselho de ilha (presidente, vice-presidente, dois secretários), nos termos do artigo 9.º do Decreto Legislativo Regional n.º 21/1999/A, de 10 de julho e do artigo 6.º do Regimento do Conselho de Ilha. -----

Aprovação da ata da reunião ordinária de 14 de outubro de 2014. -----

Redução da iluminação pública na ilha Terceira.-----

Emissão de parecer sobre a Petição 32/X – Elevação da freguesia do Porto Judeu a vila.

Resposta da Secretaria Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares sobre a Deliberação do Conselho de Ilha da Terceira – situação da Antena 1 na ilha Terceira. -----

Apreciação e votação do Plano Estratégico de Desenvolvimento da Ilha Terceira, disponível em <http://www.cm-ah.pt/showPG.php?Id=12353>. -----

Serviço Público da RTP nos Açores/RDP na Terceira – audição dos responsáveis da empresa (12H00). -----

Situação da Base das Lajes. -----

O Presidente do Conselho cessante saudou os conselheiros presentes e salientou o trabalho profícuo desenvolvido pelo Conselho ao longo do ano de 2014. Desejou que em 2015 se continue a intensificar o trabalho, de forma a que o Conselho marque positivamente as decisões a serem tomadas em prol do futuro da Ilha Terceira.-----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

No período antes da ordem do dia, o conselheiro Norberto Messias manifestou a sua preocupação com a situação do Hospital da Ilha Terceira, uma vez que é o maior empregador da ilha e maior consumidor do comércio local, que está atravessar uma fase difícil sem conselho de administração. Por outro lado, salientou a necessidade de se avaliar os impactos das políticas de saúde sobre o hospital, pelo que defendeu que o Conselho de Ilha tem de analisar esta matéria. -----

ORDEM DO DIA

h

Primeiro ponto - Eleição da mesa do conselho de ilha (presidente, vice-presidente, dois secretários), nos termos do artigo 9.º do Decreto Legislativo Regional n.º 21/1999/A, de 10 de julho e do artigo 6.º do Regimento do Conselho de Ilha.-----

O Conselheiro José Álamo de Meneses referiu que a candidatura apresentada à mesa do conselho de ilha é resultado do entendimento das autarquias, tendo em conta a conjuntura atual, em que existe um conjunto de questões que irão condicionar de forma relevante a vida das populações.-----

O Conselheiro Sandro Paim salientou a intensificação do trabalho realizado em 2014 pelo Conselho, que nem sempre obteve os resultados esperados, pelo que referiu a necessidade de se continuar uma maior intensificação da presença do Conselho nas matérias em discussão. Em relação à candidatura agradeceu o convite para a Câmara do Comércio integrar a lista e fez votos que os trabalhos do Conselho em 2015 se intensifiquem ainda mais. -----

O Conselheiro Roberto Monteiro referiu que a lista candidata, é constituída pelos dois Concelhos para a presidência e vice-presidência e pelos representantes das áreas económicas, mais precisamente da Câmara do Comércio e Associações Agrícolas, para secretários. Salientou que a opção de constituição teve em conta os enormes e importantes desafios de revitalização económica que a Ilha Terceira enfrenta. Dai que seja necessário a constituição de uma mesa forte, porque a ilha se encontrar numa fase que é necessário tomar decisões. Salientou a importância do apoio e colaboração de todas as instituições presentes no Conselho, da sua parte comprometeu-se, caso seja eleito, que o órgão desenvolverá a sua atividade em diálogo e partilha de informação, para garantir um futuro para a Ilha Terceira.-----

Referiu que terá de haver uma posição forte na tomada de posições, caso contrário, poderemos enfrentar um espectro de emigração que levará a uma situação irreversível para a atual geração, tendo por fim solicitado o apoio formal de todos os conselheiros.-----

O Conselheiro José Pimentel Dias solicitou a reformulação da candidatura, uma vez que a legislação define que devem ser eleitas pessoas e não instituições. Referiu ainda

h

que no boletim de voto deveria apenas constar as listas candidatas, e não as designações “favor”, “contra” e “abstenção”.-----

O Conselheiro Roberto Monteiro reformulou a lista nominalmente, a qual faz parte integrante como anexo A, à presente ata.-----

O Conselheiro Luís Rendeiro entende que o Conselho de Ilha deve ser um órgão o mais representativo possível da sociedade e o menos politizado possível. A forma que as Câmaras optaram para conduzir o processo, apesar de politizada, aceita-se dadas as circunstâncias atuais, tendo informado que o PSD não fará oposição à proposta. Fez um apelo a que todos os conselheiros dentro do razoável, falem a uma só voz em defesa da Terceira, porque as dissonâncias e divergências que se demonstrarem serão prejudiciais em primeira instância para os representados.-----

O Conselheiro Sandro Paim manifestou a sua concordância com a posição manifestada pelo Conselheiro Luís Rendeiro, e informou que muito recentemente as autarquias, a Câmara do Comércio, as Associações Agrícolas e a Universidade dos Açores reuniram para emitir parecer e dar contributos para os planos que se encontram em elaboração, tendo-se verificado um grande enfoque na defesa dos interesses da Ilha Terceira. -----

Colocada a votação, a lista constituída por Roberto Lúcio Monteiro candidato a presidente, José Gabriel do Álamo de Meneses candidato a vice-presidente, Sandro Rebelo Paim e José António Sozinho Azevedo candidatos a secretários, foi eleita com doze votos a favor e três votos brancos.-----

Segundo ponto - A ata da reunião ordinária de 14 de outubro foi aprovada por unanimidade.-----

Terceiro ponto - Redução da iluminação pública na ilha Terceira.-----

O Presidente do Conselho de Ilha eleito informou, na qualidade de Presidente da Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores, que se realizou uma reunião com o Conselho de Administração da EDA, onde foi analisada a grave situação da iluminação pública, tendo a EDA proposto, caso os municípios entendam ceder 85% do plafond do plano operacional, a EDA assume os 15% remanescentes e fará a substituição das atuais luminárias da iluminação pública por LED's em todos os

h



concelhos da Região. Referiu que a matéria terá de ser analisada nos órgãos da AMRAA e na reunião da Intermunicipal. Caso a solução seja aceite resolvem-se duas questões, a primeira é a redução dos encargos entre 50% a 60% e a segunda é restabelecer alguma da iluminação que foi retirada por questões de poupança.-----

De seguida deu a palavra aos técnicos presentes, tendo iniciado as explicações o engenheiro Rodrigo Sousa, técnico da EDA, que informou que a iluminação pública quer da responsabilidade das obras públicas quer das autarquias é alimentada por PT's. Como estratégia para a redução da iluminação pública foram constituídas equipas com elementos da EDA, das obras públicas e das autarquias, respetivamente, que indicaram as luminárias a serem retiradas. Os critérios adotados passaram pela retirada alternada de luminárias, com maior incidência na periferia das freguesias. -----

O Conselheiro José Pimentel Dias solicitou que fossem identificados os técnicos que acompanharam a redução da iluminação pública. Ao que o Presidente informou que foram os técnicos presentes. -----

O Conselheiro Rui Castro referiu que, enquanto presidente de junta, participou na decisão de redução tendo sido aplicado os critérios de retirada alternada de luminárias, mantendo-se as existentes nas curvas e em edifícios públicos. -----

Da parte da Delegação da Secretaria Regional do Turismo e Transportes, o técnico Paulo Jorge Silva reiterou a informação que foi comunicada aos Conselheiros pelo ofício da Delegação da Terceira, tendo referido que a redução nas vias regionais foi realizada há três anos, ao tempo havia 3740 lâmpadas, no final foram reduzidas 1093 lâmpadas. Referiu que numa primeira fase o trabalho foi feito sobre plantas fornecidas pela EDA e numa segunda fase foi feito a redução no terreno, tendo havido grandes alterações relativamente às opções tomadas em planeamento, porque haviam locais em que não se poderiam cortar uma vez que, por exemplo, existiam paragens de autocarros, cruzamentos, entre outros.-----

Informou ainda que nos últimos três anos, foram repostas algumas dezenas de lâmpadas, na sequência de reclamações de Juntas de Freguesia e particulares, que após os estudos foram atendidas. Salientou que o processo do governo foi pacífico, já no caso das autarquias a situação é mais complicada porque envolve muitas vezes a

remoção de luminária das fachadas das habitações, deixando os respetivos suportes e fios de alimentação que provocam muitas reclamações por parte das populações. Referiu-se ao que se passa na freguesia onde é presidente de junta, em que a Câmara terá de fazer a limpeza dos elementos abandonados pela EDA suportando os respetivos encargos. -----

O Presidente do Conselho de Ilha chamou a atenção para o número total de luminárias das obras públicas representar 15% do total. -----

O Engenheiro Paulo Nunes, técnico da Câmara Municipal da Praia da Vitória, referiu que os critérios utilizados pela autarquia foram os atrás apontados, com o objetivo de reduzir 30% as armaduras, não fazendo redução em curvas e em zonas com comércio. Salientou que o trabalho teve a colaboração da quase totalidade dos Presidentes de Junta, por estarem próximos e terem melhor conhecimento das necessidades das populações. No total foram reduzidas cerca de mil e cem luminárias no Concelho da Praia da Vitória, com a respetiva marcação em planta. -----

O Dr. Paulo Mont'Alverne, técnico da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, fez um breve enquadramento, informando que até 31 de dezembro de 2013, a autarquia pagava por KW 0,08€ com a aplicação de IVA de 4%, a partir de janeiro de 2014, o tarifário passou a ser tri-horário com um aumento de 10% e o IVA passou para 18%. Assim, no ano de 2014, a Câmara Municipal tinha uma estimativa de 870 mil euros, com a redução implementada e sem os dados de dezembro, temos uma estimativa de cerca de 700 mil euros. Reiterou que os critérios utilizados foram os apontados anteriormente, tendo em atenção as estradas com linhas de água e outras situações particulares transmitidas pelos presidentes das juntas e pelos moradores. Informou que todo o processo foi acompanhado pelo técnico da EDA, que já detinha o conhecimento necessário ao desenvolvimento do processo. No Concelho havia à priori cerca de 7700 luminárias, das quais foram reduzidas 2500, no que resulta uma redução de 35%. -----

O Conselheiro José Pimentel Dias perguntou quais eram os valores de 2013. -----

O Conselheiro José Álamo de Meneses informou que o valor de 2013 foi inferior, uma vez que a tarifa da iluminação pública era única e o IVA de 4%, o que foi muito

h  agravado a partir de janeiro de 2014, com a subida do IVA para 18%, aumento da tarifa de 9,8% e a passagem para a tarifa tri-horária, estas foram as razões que levaram as autarquias a tomar medidas urgentes de poupança energéticas. -----

Informou ainda que no caso do concelho de Angra do Heroísmo, 40% das lâmpadas estão na zona da cidade, daí que tenha sido encomendado a uma empresa da especialidade um estudo para avaliar a situação. Neste momento, dentro da cidade de Angra (a partir da circular para o litoral), estão 1728 luminárias, com 4 tipologias diferentes, em que 1548 são geridas pela EDA e as 180 geridas pela Câmara, com potências muito diferentes que variam entre 70W e 250W. Este levantamento também contemplou o estudo de luminosidade, que permitiu identificar as zonas com excesso e as deficitárias, de acordo com a norma CIE: 115-2010, o que vai permitir proceder à correção das situações. Referiu ainda que a autarquia já procedeu a experiências, com LED's no Monte Brasil do lado da baía, substituindo as lâmpadas de 70W para outras de 12,5W, no Jardim substituindo as lâmpadas de 250W para outras de 36W, na sala onde está a decorrer a reunião foram colocadas lâmpadas de 12,5W em substituição das de 70W e foi colocada uma de 36W ao lado de uma de 250W, na Praça Velha, para se poder comparar, estas alterações do ponto de vista da luminosidade são idênticas. Concluiu que no que diz respeito às luminárias da responsabilidade autarquia, estas serão substituídas progressivamente sem prejuízo da proposta que está em análise na AMRAA. -----

Informou ainda que nas zonas rurais vai-se proceder a estudo idêntico. Em relação à redução da iluminação pública, o maior número de reclamações não se refere à inexistências de luminárias, mas com o horário em que a luz é ligada e desligada, e nesta matéria o relatório enviado pela EDA ao Conselho é muito claro, no próximo inverno é muito importante fazer o acerto de 30' necessário para ajustar com o nascer e pôr do sol. -----

O Técnico Rodrigo Sousa referiu que o horário foi definido pela Secretaria Regional e pelas Câmaras, mas salientou que existem PT's que abastecem zonas que pertencem a duas ou três entidades, daí que seja necessário obter consensos para programar o offset dos relógios. Confirmou que no concelho de Angra houve necessidade de acertar alguns relógios, no final de novembro, que apresentavam discrepâncias, mas

que também existiam aparelhos que acabaram por adiantar, pelo que se tem feito acertos com mais frequência. -----

O Conselheiro Rui Castro concordou com o referido anteriormente, realmente as reclamações incidem mais sobre o horário da iluminação, que tem causado transtorno às atividades das populações, nomeadamente, para as crianças que utilizam transporte público e para os lavradores. Perguntou se seria possível, em alternativa, fazer um corte total durante a noite de forma rotativa. -----

O Conselheiro Luís Rendeiro entende que as questões dos custos energéticos são problemáticas, quer para as entidades públicas, como para os privados, dada a grande dependência energética externa. No entanto, não se deve esquecer a componente de segurança de pessoas e bens, que se tem vindo a agravar, dadas as situações ligadas às questões da toxicodependência, de circulação automóvel e de criminalidade, que são agravadas com a diminuição da iluminação que aumenta a sensação de maior insegurança. -----

Manifestou a sua satisfação pela possibilidade de utilização de fundos comunitários para solucionar o problema e com a proposta apresentada pela EDA para a substituição das lâmpadas normais por LED's. -----

Referiu que não bastava substituir as lâmpadas, sendo ainda necessário substituir as luminárias e que esta substituição levantava algumas questões complexas, principalmente no centro histórico de Angra. -----

Na componente política referiu que a EDA, cujo maior acionista é o Governo Regional e do qual recebe indicações, podia controlar a oscilação de preços da energia. Por outro lado, os municípios tem um custo energético como sendo uma das rubricas pesadas dos orçamentos, assim conclui-se que existe uma motivação financeira, como tal a redução é uma medida de autoridade. Outra questão é a da sustentabilidade ambiental a que as poupanças de energia deve responder. -----

Informou que tem recebido algumas queixas referentes a momentos em que a luzes públicas estão desligadas mas os contadores estão a funcionar, pelo que questionou os representantes da EDA e das Câmaras se existem ou não, casos de eventuais fraudes e roubos de energia quer por particulares ou entidades não particulares que estejam

h A
também a pesar nos orçamentos públicos. Manifestou a sua concordância com o estudo realizado no centro de Angra, e a necessidade de transpor para o restante concelho. Frisou que existem ruas e monumentos que tem consumos muito superiores a algumas freguesias.-----

Em relação à intervenção do técnico Paulo Jorge Silva, quando falou na qualidade de presidente da junta, referiu que percebeu o que pretendeu transmitir, no entanto, lembrou que não deve confundir a qualidade em que está presente na reunião, mas concorda que as pessoas depois de deixarem de ter luminárias nas fachadas não faz sentido nenhum manter os suportes e fios pendurados. -----

O Conselheiro José Pimentel Dias lembrou que a questão da iluminação pública foi suscitada por si na última reunião, e tinha como preocupação da segurança das populações e bens. Na informação da Secretaria Regional do Turismo e Transportes é referido que a redução da iluminação pública se iniciou em 2012 com o objetivo de se proceder a uma redução de 40% dos custos energéticos, não dizendo que se deve reduzir 40% das lâmpadas, assim na sua opinião o que deveria ter sido feito era um estudo que determinasse a redução dos custos energéticos sem reduzir a qualidade da iluminação pública. Então o que resultou foi a redução de 4550 lâmpadas na Ilha Terceira, sem qualquer estudo que determinasse a redução das lâmpadas e sem interferir com a qualidade da iluminação pública. Lamentou que primeiro se tenha retirado as lâmpadas e só depois se tenha feito o estudo necessário. -----

A Conselheira Rita Branco referiu que o processo de redução da iluminação pública implicou duas vertentes, a da retirada de luminárias e a do horário. Na primeira vertente, o processo foi acompanhado pelos Presidentes de Junta e populações e correu de forma geral com a compreensão das populações, sendo as reclamações muito reduzidas. Em relação ao horário, é mais complicado porque afeta sobretudo as crianças que se deslocam para as escolas, pelo que esta situação terá de ser resolvida. Em relação à segurança esteve sempre presente nas preocupações das autarquias, embora não devemos perder de vista que a criminalidade tanto atua de noite como de dia. -----

h
/

O Conselheiro Péricles Ortins lembrou que os custos da energia decorre de uma grande evolução e de um vasto número de condicionantes que vão desde o combustível utilizado até ao processo de produção. Referiu que o estudo apresentado é um bom princípio, no entanto, deve-se seguir pela proposta da EDA que irá envolver, obrigatoriamente, conjuntos de municípios da Região, que pode facilitar a alteração para novas tecnologias. Também seria interessante conhecer os resultados das experiências realizadas com baterias alimentadas com energia solar, realizadas nos Biscoitos e mais recentemente no Porto das Pipas, nomeadamente o custo de substituição das baterias. Se for rentável esta poderá ser uma solução a aplicar em locais mais isolados e em parques.-----

O Presidente do Conselho de Ilha informou que a EDA tem a capacidade de implementação em simultâneo se for entendimento dos 19 concelhos. Referiu que está a ser trabalhado com o DREPA a melhor forma de apresentação da candidatura, porque terá de ser esclarecida a cedência de plafond à EDA que não é possível ser feita pelas autarquias, porque a EDA tem 49% de fundos privados. As candidaturas poderão ser feitas no conjunto, por ilha ou por concelho, neste momento todas as hipóteses estão em aberto. -----

Em relação à energia solar testada nos Biscoitos, informou que o custo de substituição das baterias é muito elevado, ao que acresce o desgaste pela salinidade dos equipamentos, e no local em particular houve também o roubo de três das estruturas. No caso dos Biscoitos o rácio custo/benefício é sempre positivo porque a colocação de um ramal no local é completamente inviável.-----

O Conselheiro Norberto Messias entende que a questão da iluminação pública inclui diversas vertentes, incluindo uma política e uma operacional, não esquecendo a questão da segurança das crianças em idade escolar, é preciso ter em conta que no próximo ano letivo tem de coordenar a hora de ligar e de desligar com o transporte e o horário escolar, tudo matérias que dependem de opções de entidades públicas. Quanto à questão política, passa desde logo pela decisão de aumentar 14% o custo da energia, mesmo quando assistimos à baixa do preço do petróleo. Se o Governo da República se decide pelo IVA que havia anteriormente e reduziu-se o custo à

h
n
proporção com que tem baixado o custo do petróleo, talvez esta questão política pudesse ser encarada de outra forma. -----

O Conselheiro Pedro Ferreira referiu que a grande preocupação está identificada e relaciona-se com o horário, espera que com os estudos que tem sido feitos se possa no futuro planear melhor a colocação de iluminação pública. Agradeceu aos técnicos e à mesa do conselho pelos esclarecimentos prestados, congratular-se ainda pelo estudo realizado por jovens licenciados pela Universidade dos Açores, e pela oportunidade dada a jovens empresários na sua realização. -----

O Conselheiro Nuno Meneses salientou as razões da necessidade da redução da iluminação pública, nomeadamente a subida do IVA e a subida do custo, que são determinados pela entidade reguladora, pelo que não é justo imputar à EDA a responsabilidade de aumento dos custos. Naturalmente, que se percebe que uma alteração dessa natureza que o Governo Regional e autarquias se tenham de ajustar por forma que consigam ajustar os custos aos seus orçamentos. Quanto ao horário, pelas explicações dadas, entende que o problema parece ser de logística, que importa ser resolvido no próximo ano pela EDA. -----

O Conselheiro José Álamo de Meneses esclareceu que em 2011/2012, quando já se antevia o problema pelo ambiente regulatório que estava a ser criado pela ERSE, tinha responsabilidade no âmbito da energia, foi mandado fazer um estudo sobre soluções que fossem exequíveis. Dado que o custo dos LED's ao tempo eram do dobro do custo atual, as medidas exequíveis passavam pela contenção e não pela substituição. -----

Salientou ainda que esta matéria esta a ser revista em toda a Europa, existem cidades em que a luz é desligada à meia-noite e só volta a ser ligada às cinco horas, e onde também estão a fazer a substituição por LED'S. -----

Deu conhecimento no caso do Jardim de Angra, onde a colocação de LED's levou a uma redução de 7,6KW para 1,2 KW. Quanto à questão da cor da luz, não passou para amarelo por causa dos insetos mas porque foi proibida a utilização de mercúrio em lâmpadas por razões ambientais, tendo sido substituídas por vapor de sódio que tem uma cor amarelada. Já os LED's tem uma temperatura de cor de 3500 Lm que dá

restituição de cor de cerca de 85%, quanto aos insetos não está comprovado que sejam mais sensíveis a esta luz. -----

Quarto ponto - Emissão de parecer sobre a Petição 32/X – Elevação da freguesia do Porto Judeu a vila. -----

O Conselheiro José Álamo de Meneses transmitiu a posição favorável da maioria do executivo, referiu que se trata de uma questão honorífica que satisfaz o desejo das populações. -----

O Conselho Luís Rendeiro referiu que sendo a proposta resultado da vontade popular, aprovada por unanimidade e com aclamação pela Assembleia de Freguesia do Porto Judeu, que não implica qualquer alteração financeira ou administrativa, apenas uma mudança de denominação nada há a opor ao proposto. -----

O Conselheiro Rui Castro referiu que tratando-se de uma vontade da freguesia e reunidas as condições necessárias deve-se dar parecer positivo. -----

O Conselheiro João Santos questionou sobre a diferença entre freguesia e vila. Ao que foi esclarecido que se trata de um título meramente honorífico e de denominação, pelos conselheiros Álamo de Meneses e Luís Rendeiro, respetivamente. -----

O Conselheiro Ricardo Barros não concordou com a posição porque se continua a eleger uma Junta de Freguesia, e com a agravante que o problema aumenta quando todos querem ser vila, levando depois a uma desvalorização do título. Embora de trata da vontade popular muitas vezes cria-se confusão, o que não abona em nada as populações. -----

O Conselheiro Norberto Messias defendeu que embora se trate de um título honorífico, trata-se de um reconhecimento do desenvolvimento de uma comunidade e nesse contexto é pena que não sejam todas vilas, o que significaria que todas as comunidades estariam mais desenvolvidas, pelo que não existe nenhum obstáculo à aprovação e incentivar outras freguesias a atingirem esse patamar. -----

O Conselho emitiu parecer positivo por unanimidade. -----

Quinto ponto - Resposta da Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares sobre a Deliberação do Conselho de Ilha da Terceira – situação da Antena 1 na ilha Terceira.-----

O Conselho tomou conhecimento. -----

O Presidente do Conselho de Ilha propôs dado o adiantado da hora e a indisponibilidade de alguns conselheiros para continuar a reunião no período da tarde, tendo proposto a marcação de nova reunião para discutir os restantes pontos. A proposta foi aprovada por unanimidade, tendo ficado agendada a reunião para o dia 6 de fevereiro de 2015, na cidade da Praia da Vitória.-----

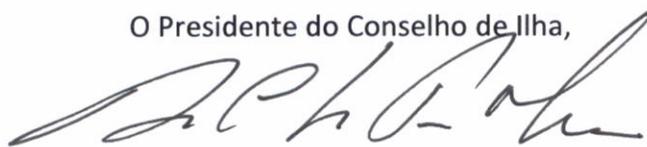
Sexto ponto - Apreciação e votação do Plano Estratégico de Desenvolvimento da Ilha Terceira, disponível em <http://www.cm-ah.pt/showPG.php?Id=12353>. Transitou para a próxima reunião.-----

Sétimo ponto - Serviço Público da RTP nos Açores/RDP na Terceira – audição dos responsáveis da empresa (12H00). Transitou para a próxima reunião.-----

Oitavo ponto - Situação da Base das Lajes. Transitou para a próxima reunião. -----

Não havendo outros assuntos a tratar, o Presidente do Conselho, declarou encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida, foi aprovada e vai ser assinada.-----

O Presidente do Conselho de Ilha,



Roberto Lúcio Silva Pereira Monteiro

O Membro da Mesa,



Sandro Rebelo Paim

4

Lista Candidata à
Eleição do Conselho de
Ilha para o ano 2015

Presidente - Roberto Monteiro (EMPR)

Vice-Presidente - José Gabriel do Alamo
Meneses (EMAH)

Secretário - Sandro Paím (EEAH)

Secretário - José António Azevedo
(AAIT)